

Depois de penosa travessia atlântica, diversas populações africanas desembarcavam no novo continente na condição de escravizadas. Estima-se que aproximadamente 15 milhões de pessoas foram conduzidas da África para as Américas, entre os séculos XV e XIX. Ao Brasil, chegaram aproximadamente quatro milhões de homens e mulheres para exercerem múltiplas atividades e funções na construção de cada uma das regiões do país. No sul, trabalharam nas charqueadas do Rio Grande e nos ervais do Paraná; no nordeste, nos engenhos e na pecuária; no norte, nas atividades extrativas e no sudeste, nas extensivas plantações e na extração mineral. Nesta última, não só realizavam os serviços braçais, como também contribuíram com o saber das técnicas de metalurgia e mineração que trouxeram de suas terras de origem.

No período de colonização, as africanas desempenharam os mais diferentes papéis, que compreendiam desde as tarefas domésticas, até a lida diária nas extensões de terra-roxa, que primeiramente serviram à monocultura da cana-de-açúcar. Em todas as etapas da produção e manufatura dos produtos canavieiros, houve a labuta das mulheres escravizadas. Elas retiravam ervas daninhas da gleba, semeavam e enfiavam as canas. Nos engenhos, cozinhavam-nas em enormes tachos de cobre, transformando-as em melão, no processo que teria como produto final o açúcar. No interior das casas-grandes, preparavam a comida, lavavam, ceiziam e arrumavam, efetuando todos os afazeres cotidianos para as famílias escravocratas. Trabalhavam de sol a sol, sob a rígida

Continuavam chegando ao país navios negreiros em cujos porões espremiavam-se homens e mulheres desterrados, que seriam levados, logo que desembarcasses, até aos armazéns, verdadeiras masmorras onde ficavam até o momento de “serem leiloados”.

A carta escrita por Esperança Garcia em 1770 e dirigida ao governador da província do Piauí, tornou-se um documento de muito valor, pois representa um dos raros testemunhos deixados por quem de fato experimentou as atrocidades do sistema escravista. Nela Esperança denunciava os maus tratos que estava sofrendo por parte do administrador de uma das fazendas reais que foram incorporadas a Coroa depois da expulsão dos jesuítas. Era a Fazenda dos Algodões, na jurisdição da Inspeção de Nazaré, administrada pelo capitão Antônio Vieira do Couto. Esperança ali vivia com o marido, mas foi levada pelo capitão para ser a cozinheira na sede da Inspeção. Esta narrativa não só retrata as violências sofridas quando fugia para encontrar o cônjuge, o que lhe era proibido, como também o fato de ser submetida à investidas do patrão. “(...) em mim não posso explicar que [pois] sou colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo; por misericórdia de Deus escapei. (...)”.

Os exploradores garantiam mínimo necessário para sobreviver. Apenas uma refeição diária, basicamente formada por feijão, milho e farinha de mandioca. Carnes, quando servidas, eram sobras ou de qualidade duvidosa. Ironicamente o hábito que tinham de cozinhar o feijão com as partes deixadas pelos escravistas criaria um dos pratos mais populares do Brasil: a feijoadá.

Depois de um período de “engorda”, eram obrigados pelos feitores a se organizarem conforme a idade e o sexo. Geralmente, os homens ficavam sentados em bancos dispostos ao longo das paredes, as crianças sentadas adiante, enquanto as mulheres se punham de cócoras entre eles. Todos compartilhavam a expectativa de um destino incerto. Em seguida, teriam de suportar a história dos escravocratas, que os apalpavam, olhavam os seus dentes, para se certificarem do “estado” da “mercadoria”. Nos corpos das mulheres eram projetados um futuro de exploração física e sexual. Dos barracões e armazéns, as jovens meninas e também algumas mulheres adultas seguiam, mais uma vez separadas dos seus, numa precária viagem por terra ou mar, para os lares de seus exploradores.

Em 1820, por exemplo, Maria Lourindo e seu marido Casemiro foram separados de sua filha ao serem “negociados por seu senhor”, um tradicional dono de engenho de Pernambuco. Com isso caíram nas garras de um traficante que os embarcou para o Rio Grande do Sul. Trinta anos depois, viúva e liberta, Maria procurava o paradeiro da filha através de um anúncio publicado em um periódico pernambucano. Mesmo com a extinção do tráfico negro, em cerca de 1850, o comércio interprovincial que perdurou, obrigava deslocamentos internos frequentes, acarretando por vezes a desintegração repentina das famílias escravizadas. Outro testemunho dramático são as cartas da africana Theodora Cunha. Escritas em 1866, eram endereçadas ao seu marido, ao filho e ao “seu senhor”. Nelas, Theodora relata o martírio que a desagregação familiar lhe causara. Proveniente da zona rural paulista foi “vendida” em separado do esposo e filho. “(...) quem me

Já nas primeiras décadas oitocentistas, o processo de urbanização fez surgir um cenário propício ao comércio ambulante. As cativas, então, passaram, também, a fazer o serviço de vendedoras, ofertando as mais variadas especiarias nas ruas e mercados. No

A partir do final do século XVIII, se observou um crescimento dos locais que praticavam este tipo de comércio humano, especialmente no Rio de Janeiro, em cujos portos foram registrados os maiores índices de entrada de escravizados desde o início da diáspora africana. Naqueles tempos, a condição social era medida pelo número de “cativos que se ostentava”, toda e qualquer pessoa que almejasse reconhecimento deveria ter a seu serviço pelo menos um. A população escravizada não representaria somente um possível status, era tida também como a “máquina servil” indispensável, que com seus músculos e força, movimentava as engrenagens na construção do Império.

arrematou foi um moço muito rico de Campinas (...): Foram recorrentes os apelos no sentido de localizar e obter notícias de seu companheiro a quem ela se dirigia: “Meu marido Luis – Muito hei de estimar que você esteja com saúde eu estou aqui na cidade eu vos escrevo para você se lembrar daquela promessa que nós fizemos eu hei de procurar você mando muita lembrança para você e ajunte um dinheiro e se puder vir falar comigo venha se não puder me mande a resposta(...) Dessa vossa Mulher – Theodora escreva do S. Cônego Terra que foi vendida na vacaria”. Outras cartas expressavam o seu anseio por liberdade, diz também sobre os recursos necessários para a compra de sua alforria e da quantia que faltava para a concretização desse sonho.

Em Salvador, no dia 21 de março de 1871, *O Alabama* noticiava “Aguardadeiras: soube que as africanas fizeram uma coligação?” O que o jornal abolicionista chamava de “coligação” foi nada menos que o boicote das aguardadeiras do Terreiro de Jesus ao guarda do chafariz dessa região – um dos mais importantes postos de abastecimento da cidade – que “por antipatia” a elas exigira “mais um vintém” pela água derramada, além de proibir que “lavassem a cara ou que arrastassem os barris”. Inconformadas com essa situação, elas deliberaram, após reunião embaixo de “uma das árvores”, não mais comprar água naquele posto. Diante de tal posicionamento, o guarda se viu isolado e foi obrigado a “dar

distribuídas pelas ruas.

os casebres coloniais e o mar, assim como as bicas e fontes cabeça de homens e mulheres cativas em intensa circulação entre fornecimento de água eram feitos em barris equilibrados sobre a urbanas em formação, o escoamento de excrementos e o havia um sistema de esgoto, nem de água encanada nestas áreas. Todos erguidos pelas mãos das populações escravizadas. Não iam sendo calçadas, pequenos prédios e monumentos construídos. Entretanto, a cidade ia crescendo em torno dos portos. Estradas

benzedadeiras e provedoras de valores religiosos. entanto, nessa época, ainda era grande o trabalho escravizado voltado para atividades agrícolas e pastoris de subsistência: hortas, criação de animais, etc. Muitas cativas eram responsáveis pelas plantações em pequenos sítios e residências suburbanas. No interior das senzalas, graças às tradições repassadas oralmente pelas mais idosas, as mulheres exerciam as funções de parteiras,

Um outro fragmento biográfico que surge nesse “nêfando comércio” – denominação de alguns cronistas que observavam os hábitos da Corte –, foi o de Corina, uma mulata baiana que aos 20 anos, por possuir uma beleza rara, fora “comprada” em 1867 por um provedor da cidade do Rio de Janeiro, que a entregou a uma proprietária de bordel. Nele, segundo testemunho dos seus frequentadores, ela possuía uma coleção de “belíssimas (...) mulatinhas escravas (...) todas mais ou menos claras (...) todas moças, quase implumes”.

Os afazeres e negócios das cativas no comércio local foi um dos meios encontrados por alguns exploradores para acumularem algum capital, já que muitas vezes elas representavam a única fonte de renda de uma família. Muitas conseguiam pagar ao “seu senhor”, ao final de um dia ou semana de trabalho e ainda guardar a quantia necessária para a compra de sua liberdade, de seus companheiros e filhos. Outra forma de exploração encontrada pelos escravocratas era obrigando-as a se prostituírem. As “senhoras” entretinham as jovens com jóias, anéis e rendas finas para atrair os potenciais clientes. Na década de 1860, encontramos o registro da pequena Honorata, então com 12 anos de idade, forçada à prostituição na Bahia. Até os 19 anos, ela pagava semanalmente a soma estipulada por “sua senhora”, que conseguiu comprar casa, roupas e comida com os recursos obtidos por Honorata.

satisfação a cada uma de per si e presenteá-las com duas garrafas de vinho”. O resultado deste episódio evidencia a numerosa presença e a força destas “negociantes de água” que chamavam a atenção dos cronistas com os seus barris equilibrados à cabeça.

Alguns estudiosos chamaram a atenção para as consequências que essas tarefas teriam para a constituição das famílias escravizadas.

exploradores encontraram para acumular mais recursos. amamentação representou uma das formas comuns que os XIX mostra que o "alguém de negras" para o serviço de nossos filhos". Ainda assim, uma breve leitura dos jornais do século sementes de estupidez, ou de corrupção nas tenras alminhas de "muitas vezes são lascivas e todas só próprias para lançar aberrações", que, conforme o depoimento de um "preocupado pai", tidos como oriundos de uma "crendice bárbara", de "fanatismos e sua língua nativa, traziam à tona mitos e personagens africanos, cantilenas de ninar, entoadas pelas mães negras, geralmente em foi sentida como elemento que "desvirtuava" os seus filhos. As forte de amas-de-leite na criação dos bebês brancos, por exemplo, não se davam, portanto, sem conflitos e desconfortos. A presença As relações da família exploradora com suas cativas domésticas

expulsas da cidade ou vila em que residiam. casos, quando eram acusadas de concubinato, acabavam sendo passava a tortura-la por cair nas "graças de seu marido". Em muitos "proteção", punha a cativa em maus termos com "sua senhora", que amásias e concubinas. Esta condição, longe de fornecer a suposta assédios diários, podendo ainda ser obrigadas a uma vida de na casa-grande, as quais se tornavam vítimas do estupro, dos estavam mais próximas. O alvo eram as mulheres que trabalhavam percurso até os prostíbulo e se voltavam para aquelas que Muitas vezes os impetores dos exploradores não esperavam o

A disponibilidade do leite de uma ama, implicava necessariamente no afastamento de seus filhos, os quais sob o ponto de vista dos escravocratas, seriam de pouca ou nenhuma serventia. Ao “alugarem ou adquirirem amas-de-leite”, viam as suas “crias” como um gasto adicional, além de pensarem ser inadmissível a partilha dos seios da cativa entre os seus filhos brancos e os “negrinhos”. As consequências inevitáveis dessas brutalidades da casa-grande traduziram-se na negação da maternidade de muitas escravizadas e na alta taxa de mortalidade de suas crianças.

Por vezes parece que as questões relacionadas às populações de origem africana no Brasil são tratadas com certo distanciamento analítico, como se não tivessem existido os fatos, apenas as versões. Como se somente relatos históricos fossem e como se consequências não tivessem tido. Não obstante, constatasse que até hoje não se quitou uma das maiores e seculares dívidas brasileiras. Nem governo e nem sociedade, ainda não expressaram de maneira contínua e eloquente o devido repúdio às condições de vidas por homens e mulheres negras no processo de construção deste país, assim como, não foi dado o justo reconhecimento ao fundamental papel exercido pelas afro-descendentes em sua formação.